

Ex-ministro só vê saída política

3 JAN 1990

Miriam Leitão

O professor Mário Henrique Simonsen está convencido de que a questão econômica hoje não se resolve com planos econômicos, mas sim com uma arquitetura política que garanta ao governo a capacidade de resistir à pressão dos setores contrários pela luta antiinflacionária.

— Existem 100 planos, mas isto não é a questão central — diz o ex-ministro.

C plano ideal, na opinião de Simonsen, conteria algumas das idéias liberais como a venda de estatais e abertura da economia brasileira ao exterior, com redução das tarifas aduaneiras e aumento das importações.

— Gosto muito dessas idéias. Acho ótimas, — continua o professor —, mas é preciso ter sustentação política para que as medidas decretadas não sejam revogadas no dia seguinte.

Redutor — Na questão específica do combate à inflação, o professor Simonsen defendeu tempos atrás uma proposta de criação de um redutor para a taxa mensal. Seria negociada com trabalhadores e empresários uma previsão de inflação para o mês seguinte e os reajustes salariais e de preços seriam feitos de acordo com esse percentual.

Simonsen continua achando que esse pode ser um método a ser usado contra a inflação, mas antes é preciso que se tomem duas medidas: realinhamento das tarifas e equilíbrio das contas do governo (ajuste fiscal). Como o governo tem dado aumentos para os preços públicos acima da inflação, esse realinhamento está sendo feito pela atual administração econômica. Sobra o ajuste fiscal.

Cortar despesas e aumentar a arrecadação do governo é uma receita simples aviada por qualquer economista como ponto inicial de um plano de estabilização. Onde cortar e quem deve pagar mais é uma decisão política que pode contrariar interesses e precipitar a organização de movimentos de pressão contra o governo. É isso que Simonsen acha difícil resolver neste momento.

A hipótese de redução em curto prazo da inflação, como a anunciada na reunião do presidente Collor e sua assessora Zélia Cardoso de Mello com os sindicalistas na sexta-feira, só poderia ser feita com o congelamento, na opinião do professor Simonsen.

Divida externa — Se o professor Mário Henrique Simonsen fosse ministro da Economia, as negociações com os credores externos não seriam reiniciadas já. Os bancos privados, a quem o governo brasileiro deverá, de juros atrasados, no dia 15 de março, quase tanto quanto tem de reservas cambiais acumuladas (7,2 bilhões de dólares), precisarão esperar alguns meses para ver a cor do dinheiro.

Na opinião de Simonsen — que é conselheiro do Citicorp, o maior credor privado estrangeiro do país —, primeiro será necessário fazer um plano de ajuste da economia. Assim, seriam reabertas as negociações com o FMI e o Banco

Mundial. Depois, viriam as conversas com os credores privados.

Dúvidas — O professor Simonsen tem sido convincente quando fala da sua falta de interesse de voltar ao cargo que ocupou.

— Eu não tenho qualquer ambição curricular de assumir o Ministério da Fazenda — diz Simonsen, em cujo currículo consta que chegou a esse posto aos 40 anos.

Mesmo assim ele não diz que não aceitaria o cargo em nenhuma hipótese:

— Não posso dizer isso porque demonstraria má vontade ou a crença de que já morri e não tenho nada a fazer, o que no meu caso não é verdade ainda.

Outro impedimento seria a falta de intimidade com o presidente eleito. Segundo relato de Simonsen, quando ele assumiu o Ministério, em 1974, já conhecia o general Ernesto Geisel e teve, antes de definir sua ida para o governo, uma série de conversas no Largo da Misericórdia, onde Geisel preparou seu governo.

E o professor Simonsen, olhado com respeito pelas diversas correntes de economistas brasileiros, não se sentiria tentado a assumir o ministério justamente pelo tamanho do desafio? Ele responde a essa pergunta com outra das suas briçadeiras:

— É mais ou menos como ser convocado a lutar com Mike Tyson. Eu poderia me encher de brio e querer aceitar o desafio, mas iria pedir um tempo para treinar, boas luvas e um excelente treinador — diz Simonsen, traindo a impressão de que não é tão inacessível quanto quer fazer crer nas suas declarações. Como por exemplo, quando diz que dirigir mais uma vez a economia brasileira seria uma “redundância curricular”.

JORNAL DO BRASIL